



## MARCO CIVIL DA INTERNET E DIREITO A PRIVACIDADE

### INTERNET CIVIL FRAMEWORK AND RIGHT TO PRIVACY

Ana Paula de Araújo Moura<sup>1</sup>

Ana Clara Silva Rezende<sup>2</sup>

O resumo que nesse momento se apresenta tem como interesse a compreensão as discussões levantadas no âmbito constitucional, mas especificadamente do direito a privacidade tomando escopo para sua construção a pesquisa bibliográfica onde é observado o diálogo entre direito, comunicação e a informática, buscando dessa forma proporcionar resultados enriquecedores, seguindo nesse norte tempo ainda possui ainda como finalidade do resumo a instigação na busca por soluções aos embates fomentados e que vem se alastrado no no âmbito do ciberespaço, que inclusive recebe um novo paradigma em nosso ordenamento a partir do Marco Civil da Internet. Sem dúvida nos dias atuais as questões atinentes a privacidade no ambiente virtual requer a construção de princípios que a protejam, além ainda de requerer também a proteção da dignidade devido inclusive aos efeitos da exposição excessiva de dados pessoas que é resultado da utilização da internet. O Marco Civil, Lei 12.965/2014 denota sua relevância quando mesmo antes de ser ditados consensos e conscientização de usuários das redes quanto a forma que poderia ser operacionado o mundo virtual, ele surge para ordenar e solucionar os conflitos naturalmente surgidos com a chamada “sociabilidade de humana” no ambiente digital. Observa-se que quando houve a inovação sobre a forma de se comunicar no mundo, como podemos exemplificar as transmissões de vídeos nas redes sociais ao vivo que por sua vez afastam os tão conhecidos “furos de reportagem” suplicam que o Direito volte atenção para que assim sejam dirimidos os conflitos que surgem quanto as garantias constitucionais de liberdade de expressão, direito a privacidade e ainda direito a informação. Ainda foi observado que os embates acalorados que surgiram através desse contexto foram observado que o legislador buscou confirmar os direitos e garantias constitucionais através da criação da Legislação do Marcos Civil. Como conclusão denota-se que Marco Civil da Internet em seu conteúdo de direitos fundamentais possui um caráter diretivo e garantidor desses direitos.

**Palavras-chave:** Direito. Privacidade. Marco Civil.

<sup>1</sup> Professora UNIFIMES, anapaula@unifimes.edu.br

<sup>2</sup> Discente UNIFIMES. Rezendeana186@academico.unifimes.edu.br

IX Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar  
VII Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar  
VI Feira de Empreendedorismo  
II Congresso de Pós-Graduação da Unifimes

**Conexões entre Ciência e Cultura:**  
Inovação, Saberes Populares  
e os Desafios do Mundo Atual



Apoio



**Keywords:** Law. Privacy. Brazilian Civil Rights Framework for the Internet.

